

ATA N.º 03/2024

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 27 de junho de 2024.-----

----- Aos 27 dias do mês de junho de 2024, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----
- 2 - Apreciação, discussão e votação do Projeto de Regulamento de Gravação e Transmissão Áudio/Vídeo das Sessões da Assembleia Municipal;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murte de / Parque de Lazer de Murte de / Ampliação da iluminação pública;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Obras no cemitério 3.ª Fase;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do subsídio atribuído à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça em reunião camarária de 02/11/2023 e em sessão da Assembleia Municipal de 20/11/2023 / Requalificação de 4 parques infantis;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo e Licença Especial de Ruído / XIX Edição da Feira do Tremoço;-----
- 7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo e Licença Especial de Ruído / XXIV Tapas & Papas;-----
- 8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das

Freguesias de Portunhos e Outil / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo e Licença Especial de Ruído / IX Mostra Gastronómica Sopas & Pedras;-----

9 - Procedimentos a adotar para a prescrição das dívidas provenientes da Ação Social Escolar / Para conhecimento;-----

10 - Concessão de Isenções de Taxas Municipais / 1.º Semestre 2024 / Para conhecimento;-----

11 - Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas consolidadas 2023;---

12 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XX Feira do Tremoço;-----

13 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XX Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã;-----

14 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / XXIV Tapas & Papas – Feira de Gastronomia e Artesanato de Cantanhede;-----

15 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Despesas com funcionamento do Jardim de Infância do Corticeiro de Cima;-----

16 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Despesas com a beneficiação dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolares e do 1.º CEB da freguesia;-----

17 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença de Espetáculos de Musica ao Vivo e DJ's e Licença Especial de Ruído / XX Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã;-----

18 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo e Licença Especial de Ruído /

Marchas de São João;-----

19 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Licença Especial de Ruído / 9.ª Semana Cultural da União das Freguesias de Covões e Camarneira;-----

20 - Apreciação, discussão e votação da proposta de desafetação de uma parcela de terreno afeta ao Domínio Público / Alvará de Loteamento n.º 3/1997, sita na Quinta de São Mateus / 2.º Aditamento ao Alvará de Loteamento;-----

21 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Adendas aos Contratos de Delegação de Competências celebrados entre o Município de Cantanhede e os Diretores dos Agrupamentos Escolares do Concelho;-----

22 - Apreciação, discussão e votação da proposta da 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Cantanhede para o ano de 2024;-----

23 - Apreciação, discussão e votação da proposta de adjudicação e aprovação da minuta do contrato para Contratação de um Empréstimo de Longo Prazo, no valor de 3.500.000,00€, destinado à "Requalificação da Rede Viária no Concelho – 3.ª Fase";-

24 - Relatório anual de atividade do ano de 2023 e Plano de ação para o ano de 2024 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens / Para conhecimento.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conferiu com os restantes elementos da Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado as faltas do Sr. José Júlio de Brito Marques de Almeida Malta, por motivos profissionais e da Sr.ª Amélia Filomena de Oliveira Castilho, por motivo de saúde, conforme documentos apresentados. Faltaram ainda os Sr.s Sérgio Bernardo Gonçalves da Sila e Silvério Soares Ramos. Faltou ainda por motivos profissionais o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguinheira, Euclides Manuel dos Santos

Vinagreiro, sendo substituído pela Secretária da Junta de Freguesia da Sanguinheira, Sr.^a Sara Maria Gomes Brado.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referindo-se à ata n.º 02/2024, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 19 de abril de 2024, que foi enviada tardiamente, colocou à consideração de todos os presentes a votação da mesma.-----

----- Deu, de seguida, a palavra à Sr.^a Áurea Andrade, a qual após cumprimentar todos os presentes, sugeriu que a ata fosse colocada a aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou então a votação a aprovação da ata de 19/04/2024 na próxima sessão da Assembleia Municipal, situação que foi aprovada por unanimidade. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 20 de abril 2024 a 26 de junho de 2024, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referindo-se à alteração da agenda, que acrescentou mais 13 pontos, colocou a votação a inclusão dos mesmos na ordem de trabalhos da presente sessão, o que foi aprovado por unanimidade.-----

----- Deu então início ao período Antes da Ordem do Dia, dando a palavra novamente à Sr.^a Áurea Andrade, a qual procedeu à leitura de um comunicado subscrito pela sua bancada do seguinte teor: *"A Saúde em Cantanhede e a ténue linha que separa o interesse público do interesse partidário. Julga esta bancada, que todos concordaremos se dissermos que esta questão se arrasta há tempo demais, com*

potenciais soluções a sucederem-se umas a seguir às outras, com resultados muito raramente interessantes. Nós, que aqui nos sentamos regularmente e que representamos os interesses das comunidades em que estamos inseridos, não devemos perder de vista que o interesse das mesmas passa muito por estarem devidamente informadas. Por isto, o PS regozija-se com o facto de, na passada sexta-feira, na Assembleia da República, se terem aprovado dois dos quatro projetos de resolução apresentados no debate plenário sobre o HAJC em Cantanhede. Mas isto não é suficiente! O tema dos cuidados de saúde em Cantanhede nem sempre foi unânime entre as forças políticas com representação nesta Assembleia Municipal, mas desde fevereiro de 2023 que felizmente conseguimos encontrar uma posição conjunta que em muito nos fortalece em termos negociais e políticos. Entretanto, a exemplo do que a Assembleia Municipal de Cantanhede já tinha feito, em março do mesmo ano, foi levada a cabo, pela Liga dos Amigos do HAJC Cantanhede, uma petição que colheu milhares de assinaturas em poucas semanas, o que garantiu que a mesma tivesse sido apresentada pelo seu primeiro subscritor em sede de Comissão da Saúde na Assembleia da República, a 23 maio de 2023. Pode-se dizer que esta petição acabou por ser um novo estímulo, para esta situação que há tanto tempo vai consumindo recursos. Neste processo, como forma de garantirmos a honestidade intelectual devida, deve-se destacar o papel preponderante à data, da deputada Fátima Ramos, enquanto relatora, que ajudou a garantir que o tema fosse discutido em Sessão Plenária como aconteceu na passada sexta-feira. Mas sobre a sexta-feira passada é fundamental que se esclareça o seguinte: No debate na sessão plenária em causa, foram aprovados dois Projetos de Resolução. Sobre isto importa esclarecer que um deles foi apresentado pelo Partido Chega e que contou com as intervenções dos deputados eleitos pelo círculo de Coimbra. Destaca-se ainda o facto de nenhum

dos deputados em causa ser subscritor do Projeto de Resolução aprovado, mas pelo menos estiveram lá! E, como todos temos memória, um desses deputados, em 2021, enquanto candidato a Presidente da Câmara de Cantanhede, chegou a defender, e a lançar o repto aos eleitores, para não assinarem petições sobre este tema! Analisando agora a vertente formal, o que é um "Projeto de Resolução"? De forma geral é uma recomendação que a Assembleia da República faz ao Governo sobre um tema específico, não tendo por isso mesmo qualquer tipo de carácter deliberativo! Neste particular, não podemos deixar de registar de uma forma menos positiva, o facto de haver Partidos que, provavelmente por questões de tacticismo político, continuam a não ser rigorosos na sua comunicação. Vejamos por exemplo, o caso do Partido Chega que, através dos seus deputados, nas suas redes sociais, só faltou marcar um dia para a abertura da Urgência básica em Cantanhede. Cremos ser do conhecimento de todos, que hoje, a terminologia utilizada neste âmbito é de importância fulcral e que, falar-se de criar um novo Serviço de Urgência Básica é falar de algo quase impossível de se concretizar, pois, a Rede Nacional de Urgências foi criada e estabelecida com base num trabalho desenvolvido por uma Comissão Técnica criada para o efeito, e para haver alterações nesta matéria teria que haver alterações nos parâmetros técnicos que sustentaram a criação da rede nacional de urgências. Pois bem, a bancada do partido socialista pretende deixar claro que repudia qualquer tipo de postura que não a do rigor absoluto sobre este tema. Cumpre-nos naturalmente apresentar a nossa total disponibilidade para continuar a defender o que se identificar como a melhor solução para melhorar substantivamente a resposta à doença aguda e à doença crónica agudizada na área de intervenção do HAJC. Certamente que o Executivo em estreita comunicação com a Assembleia Municipal continuará a desenvolver todos os esforços junto da ULS e da CE/MS para continuarmos a

percorrer o “provavelmente ainda longo” caminho até à solução final. Com rigor e com total transparência na comunicação, os deputados desta assembleia eleitos pelo Partido Socialista estão dispostos a fazê-lo!”-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se aos seguintes assuntos: - Passados dois anos e meio sobre a sua primeira intervenção, relativamente às lombas existentes na localidade dos Carreiros, lembrou que nada foi feito até à presente data no sentido de tornar as mesmas menos abruptas, de modo a evitar que os veículos lá rocem e batam com os para-choques e o cárter. Acrescentou já ter sido interpelado por várias pessoas descontentes com aquela situação que apenas necessita de um pequeno arranjo que a brigada da Câmara Municipal poderia executar a custos irrisórios. Acrescentou ainda que a solução requer apenas a boa vontade por parte do Município e que, após uma prospeção às Freguesias do Município, em nenhuma delas encontrou lombas com aquela tipicidade e a gerar incómodo e estragos aos utentes que nelas circulam; - Relativamente à estrada a partir da Igreja da Sanguinheira até à rotunda da A17, questionou sobre o concurso para a sua requalificação, pois trata-se de um troço com bastante movimento, incluindo veículos pesados; - Questionou sobre o ponto da situação com o ICNF no que respeita ao acordo com a Comissão de Compartes, nomeadamente, se já foram feitas as escrituras, para se proceder às expropriações e posteriormente à execução da variante, continuação da ER 335/1; - Manifestou o seu regozijo pela perspectiva que se abriu da reabertura do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, esperando que se passe das palavras aos atos, pois todos os Partidos presentes na sessão tiveram a sua contribuição para a obtenção do compromisso da reabertura da urgência, pelo que estão todos de parabéns. Dirigindo-se à Sr.ª Áurea Andrade,

recordou que, no ano anterior, o Partido Chega também enviou um projeto de resolução que foi literalmente mandado para o lixo, e que, embora não tenha feito nenhuma petição, esteve sempre a favor da reabertura da urgência, ou neste caso, da consulta aguda não programada, estando em consonância com a Câmara e com todos os presentes. Concluiu que, da sua parte e da parte do partido Chega, não há discrepância nenhuma em termos de apoio, e tudo farão para que vá avante. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Sr. Vítor Folgado, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, recordando que o aditamento à ordem de trabalho da presente sessão contempla vários subsídios a vários eventos realizados em várias Freguesias, concretamente, a Feira do Tremoço, o Tapas & Papas e a Feira do Vinho, estranhou que não tenha sido contemplada a Feira das Sopas e Pedras de Portunhos. Acrescentou que, antes da reunião de Câmara, tinha solicitado que fosse contemplado, por uma questão de constrangimentos em termos de custos, na medida em que não houve a possibilidade do apoio em termos de logística da Câmara, em termos de cozinhas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Sr. Nuno Caldeira, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se ao 5.º Concerto das Janelas Abertas que ocorreu no passado dia 15 de junho, no Largo António Lima Fragoso, na Pocariça. Acrescentou que, o propósito da iniciativa é a reconstituição dos serões de veraneio, em que a família Fragoso, juntamente com os amigos do Conservatório Nacional, passava horas criando e interpretando música. Como o calor de julho e agosto era forte, abriam as janelas do andar de cima e só depois começavam a tocar e, como a música agradava aos transeuntes, estes juntavam-se

com os seus assentos naquele Largo. Referiu tratar-se de uma extraordinária iniciativa que alia a história e a relevância de uma figura incontornável do panorama cultural concelhio, nacional e internacional, considerando a integração recente da Associação António Fragoso e do seu patrono no Centro Europeu de Música, com a expressão artística veiculada por exímios instrumentistas e formações musicais. Informou ainda que a presente edição apresentou um repertório exclusivamente Fragosiano, continuando a surpreender pela integração de inéditos, como foi o caso do Coro dos Peregrinos interpretado pelo Grupo Pró Música Antiqua da Associação António Fragoso. Àquela formação juntou-se o pianista Luís Filipe Pereira, Júlio Gonçalves, Bernardo Santos, Margarida Prates, António Oliveira, o trio de Sopros da Orquestra Clássica do Centro e o Trio de Câmara constituído por Vasco Dantas ao piano, Álvaro Pereira ao violino e Tiago Anjinho ao violoncelo e contou com a presença de uma vasta equipa da RTP que assegurou a gravação integral do concerto para posterior exibição nos diversos canais da estação pública de televisão, garantindo um extraordinário registo para tempos futuros. Concluiu ter sido mais um grande momento e uma extraordinária oportunidade para reafirmar a importância do legado artístico e musical daquela figura marcante da história da música nacional, cujo êxito se deve à dedicação e à participação do Município de Cantanhede, pelo que agradeceu o empenho da Associação António Fragoso, a disponibilidade e a receptividade do Município de Cantanhede e a participação da União das freguesias de Cantanhede e Pocariça naquela iniciativa. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, salientou que, mais uma vez e pelo 34.º ano consecutivo foi atribuída a Bandeira Azul à Praia da Tocha, o que representa um reconhecimento da qualidade balnear daquela Praia, da qualidade das

águas, da limpeza dos areais, das boas condições de acesso, dos serviços prestados, do equipamento sociocultural, nomeadamente da Biblioteca, das atividades de animação e ocupação de tempos livres. Salientou ainda que, paralelamente, foi hasteada a bandeira da Acessibilidade pelo Instituto Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, em função da verificação da existência de condições de acessibilidade à Praia para pessoas com mobilidade condicionada. Não menos importante, referiu a qualidade ouro da Bandeira atribuída com o projeto ColorADD, sistema de identificação de cores para pessoas que tenham dificuldades em distingui-las. Enalteceu, de seguida, a participação de técnicos e colaboradores da INOVA, do Agrupamento de Escuteiros da Tocha e da Santa Casa da Misericórdia na recolha na Praia e áreas circundantes de mais de 100 kg de resíduos que foram encaminhados para a INOVA de modo a sensibilizar a população, nomeadamente, os mais jovens, para práticas sustentáveis e na defesa do ambiente. Falando de população mais jovem, referiu-se ainda a cerca de 3 dezenas de alunos do Agrupamento de Escolas e da Escola Técnico Profissional de Cantanhede que participaram no projeto denominado “Guardiões de Areia” promovido pela Divisão de Gestão Florestal e Recursos Naturais do Município no âmbito da Bandeira Azul 2024, que incluiu várias atividades como remoção de resíduos, recolha de lixos e ações de sensibilização, sendo de louvar aquela preocupação ambiental na preparação da época balnear que se avizinha. Finalmente e mudando de assunto, referiu-se ao atendimento da área social porque, o número de atendimentos dos Serviços de Ação Social passou de 1600 para 6000 por ano, após a transferência das competências daquela área assumida a 01/04/2023. Acrescentou traduzir-se num aumento de 375%, o que significa mais exigências e uma maior pressão para aqueles Serviços,

aos quais deu os parabéns, estando convencido que têm dado uma resposta à altura das exigências.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão: - Felicitou o mundo desportivo de Cantanhede em geral, dada a quantidade de realizações e sucessos que foram alcançados apenas no período que decorreu desde a última Assembleia, propício a isso, porque foi final de época na maioria das modalidades desportivas. Referiu ainda que, foram eventos internacionais com centenas de atletas, estágios de preparação de seleções realizados no concelho, títulos individuais e coletivos, conquistas a nível regional e nacional, subidas de divisão, presenças em seleções nacionais, recordes distritais e nacionais, a promoção do desporto adaptado e muitos outros sucessos, distribuídos por quase duas dezenas de modalidades, representando as diversas manifestações e as diversas formas daquele sucesso. Deu, assim, os parabéns especialmente aos atletas e aos clubes pela sua dedicação, sacrifício e mérito, e de forma extensiva às famílias e ao próprio Município, por a nível familiar e social ajudarem a garantir as condições para que aqueles sucessos possam acontecer; - Relativamente à saúde e às intervenções que antecederam, afirmou acreditar que a vontade de melhorar a saúde em Cantanhede une quer as forças políticas, quer aos seus representantes a nível individual. Acrescentou que, numa outra ocasião, podem ter tido divergências de opinião quanto aos caminhos e aos métodos, mas o objetivo que todos querem, no fundo, é comum. Isto para dizer que também o PSD se regozija com a aprovação dos dois projetos de resolução, sendo que todas as medidas que possam contribuir para o que se considera a defesa dos interesses do concelho pode e deve ser relevada, concordando, no entanto, com o facto de um projeto de resolução não ter qualquer carácter vinculativo e ser uma

iniciativa eminentemente de carácter político. Sendo certo que, crendo naquilo que foi afirmado, nenhum dos Membros da Assembleia possa ter subscrito o abaixo-assinado que esteve na génese da discussão e dos projetos de Lei, uma vez que anteriormente já foram discutidos outros abaixo-assinados com algumas das pessoas que estiveram presentes a não os tinham assinado. Referiu ainda que, podendo haver divergências quanto à forma ou quanto ao conteúdo, da mesma forma que o PSD se regozija com aquelas discussões, independentemente de quem fosse o primeiro subscritor e de onde tenha vindo a iniciativa, a Deputada do PSD, Fátima Ramos, teve um papel muito importante ao levar o assunto e a petição em causa à discussão do Plenário, que depois acabou por estar também, de certa forma, na base da apresentação dos projetos de resolução. Referiu ainda que, conforme foi dito pelo representante do Partido Chega, já tinha sido apresentado um projeto de resolução na legislatura anterior. Referiu ainda ser um pouco estranho que um abaixo-assinado anterior com mais assinaturas do que o atual, que tinha o vínculo institucional e que foi aprovado, por unanimidade, na Assembleia Municipal pelas três forças políticas, que foi trabalhado por várias das autarquias do Concelho, não tenha merecido do Deputado Pedro Coimbra, que era o relator daquela Comissão, o mesmo tratamento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que, antes do debate daquele projeto de resolução, teve a oportunidade de ser contactada pela Senhora Deputada Ana Oliveira do PSD, pela Senhora Deputada Ana Abrunhosa do PS, pelo Senhor Deputado do Partido Chega, não só telefonicamente, mas também presencialmente, que pretenderam ouvir da parte política do Município de Cantanhede a sua interpretação sobre aqueles projetos de resolução que estavam a ser apresentados, numa altura em que iria ser submetido a plenário a questão da

petição. Na sua opinião, afirmou acreditar que foi bastante útil puderem ter partilhado o que o Município, a Assembleia e os munícipes de Cantanhede entendem como sendo necessário. Procedeu, de seguida, à leitura de um ofício que dirigiu, no dia 4 de junho, à Senhora Ministra da Saúde, sobre o Hospital Arcebispo João Crisóstomo em Cantanhede, do seguinte teor: *“Dirijo-me a Vossa Excelência para aplaudir a intenção do Governo em avançar com a criação de Centros de Atendimento Clínico, portanto, isto foi antes do debate, como é evidente, para situações agudas de menor complexidade e urgência clínica, nos termos do Plano de Emergência da Saúde Eixo 3. Cuidados Urgentes e Emergentes - Medida A. Esta é uma solução que de resto pretendemos ver implementada no Hospital Arcebispo João Crisóstomo, em Cantanhede, tanto mais que as exigências que comporta podem facilmente ser resolvidas através da articulação dos recursos disponíveis e porque acreditamos que virá a traduzir-se numa melhoria significativa da resposta dos serviços de saúde na região. Pela minha parte, sempre defendi o regresso de uma Urgência Básica para essa unidade hospitalar, sobretudo desde que se confirmou o que muito se temia, ou seja, que a Consulta Aberta criada em 2007 para a substituir não funcionou como se esperava, uma vez que as condições previstas para o efeito no protocolo celebrado nesse ano entre o Município de Cantanhede e o Ministério da Saúde nunca chegaram a ser criadas na totalidade. Em todo o caso, tenho de reconhecer que tal resposta era melhor que nenhuma resposta, como infelizmente passou a acontecer em maio de 2020, quando o Ministério da Saúde encerrou a Consulta Aberta que funcionava no Hospital Arcebispo João Crisóstomo com os meios humanos e técnicos existentes no Centro de Saúde de Cantanhede. Pior ainda: a tutela dispensou-se de a reabrir depois da pandemia de Covid – 19, fazendo assim tábua rasa do acordo que celebrou com esta autarquia para sustentar politicamente o encerramento da Urgência. Logo que*

esta situação se tornou evidente, eu própria, conjuntamente com representantes dos órgãos do Município, diligenciámos no sentido da reativação de uma Urgência Básica no Hospital Arcebispo João Crisóstomo ou, no mínimo, a reabertura da Consulta Aberta. Aliás, fizemos questão de fazer depender dessa medida, entre outras, a assinatura do auto de aceitação da transferência de competências na área da Saúde, o que, precisamente por causa disso, só veio a acontecer já em março deste ano, depois de intensas negociações com a direção da Unidade Local de Saúde de Coimbra. Confesso que nunca vi a Consulta Aberta como a solução adequada para as situações que requerem cuidados urgentes e emergentes, pelo que considero a criação de Centros de Atendimento Clínico para situações agudas de menor complexidade e urgência clínica como um grande avanço no sentido daquilo que esta Câmara Municipal tem reivindicado reiteradamente para o Hospital Arcebispo João Crisóstomo. Por isso, solicito a Vossa Excelência se digne equacionar a criação desse serviço na referida unidade hospitalar, até porque é aí que funciona, desde há pouco tempo e criada pela nova ULS de Coimbra, a sede da Comunidade Local de Saúde de Cantanhede, Mealhada, Mira, Mortágua e Penacova, no âmbito da ULS de Coimbra. A meu ver, fazendo coincidir a área de abrangência do novo Centro de Atendimento Clínico a criar com a referida Comunidade Local de Saúde, facilitaria todo o processo, mas há outra razão de peso que pode ser aduzida. Refiro-me ao facto de, nesse território de vários concelhos, o Hospital Arcebispo João Crisóstomo ser a única unidade hospitalar com condições para ser de imediato instalado um Centro de Atendimento Clínico para situações agudas de menor complexidade, nomeadamente ao nível de espaços físicos, equipamentos e meios auxiliares de diagnóstico. Evidentemente que temos outro Hospital como o Rovisco Pais, mas esta especificidade encaixaria, uma vez que já teve aqui também esta valência. Esta é a

W

solução que efetivamente preenche todos os requisitos inerentes ao objetivo do Governo em criar condições para o descongestionamento das urgências dos hospitais centrais, pois irá seguramente concorrer para uma diminuição da afluência aos serviços de urgência do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, o que de resto acontecia quando o Hospital Arcebispo João Crisóstomo dispunha de Urgência. Confiando no interesse de Vossa Excelência em equacionar a proposta enunciada, manifesto-me desde já disponível para assegurar a cooperação da Câmara Municipal de Cantanhede no desenvolvimento de todo o processo.” Informou ainda que, após o envio daquele ofício, depois da petição e depois da votação daquele projeto de resolução, foi também solicitada à Senhora Ministra uma reunião para debaterem a possibilidade de descongestionamento das urgências, conforme foi transmitido pela mesma. Informou ainda ter transmitido o teor daquela carta ao Sr. Presidente da ULS de Coimbra, com o qual tem havido um excelente relacionamento, sendo certo que a decisão não será dele, mas da parte da tutela ou eventualmente da nova Direção do SNS. Passou de seguida, a comentar e a responder às questões anteriormente colocadas: - Relativamente à questão das lombas, informou que, quando foi referida a situação, colocou a questão aos técnicos, os quais tiveram o entendimento de que aquelas vias têm limites de velocidade, pelo que, se as pessoas cumprirem os limites de velocidade não batem. Acrescentou nunca lá ter batido, podendo depender de os carros serem mais baixos, por exemplo, tendo já acontecido algo semelhante noutros locais e noutras freguesias, onde os Presidentes de Junta não quiseram fazer a alteração, porque segundo eles, o que poderia acontecer era mais controlado. Referiu que pode voltar a solicitar aquela análise, bem como solicitar a opinião do próprio Presidente da Junta, contudo, tecnicamente entende-se que aquelas lombas estão com a altura devida; - Relativamente à questão da estrada da Sanguinheira, referiu

que consta da agenda da presente sessão, a adjudicação do empréstimo que vai dar cobertura àquelas intervenções, sendo que a equipa do Departamento de Obras Municipais já fez os levantamentos necessários e já tem os projetos, estando-se apenas a aguardar pelo visto do Tribunal de Contas para avançar. Informou ainda que, relativamente à Sanguinheira, a estrada referida é uma das que se considera mais urgentes ser intervencionada, mas há mais; - Relativamente à questão do ICNF, transmitiu que há um problema formal relacionado com a titularidade dos prédios, contudo, de acordo com o que foi transmitido, quer o Presidente do ICNF, quer a Diretora Regional, quer mesmo o Secretário de Estado das Florestas estão disponíveis e muito recetivos para ultrapassar a questão da Comissão de Compartes não ter personalidade jurídica. Informou ainda que, de acordo com a informação do ICNF, o processo terá de ser submetido a Conselho de Ministros, que dará a sua resposta e depois em função da mesma, poderá ser presente à Câmara a questão da desafetação dos terrenos e o início da aquisição dos mesmos; - Relativamente à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil, informou que vêm à Assembleia Municipal todos os pedidos de subsídio que já passaram na Câmara, sendo que a informação técnica do pedido da Feira das Sopas e Pedras ainda não foi à reunião de Câmara; - Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, afirmou também congratular-se com tudo o que decorreu em termos de eventos nos últimos tempos. Relativamente ao 5.º Concerto Janelas Abertas, demonstrou também o seu contentamento e louvou a família António Fragoso pela forma como se tem empenhado no sentido de divulgar peças belíssimas como são as peças de António Fragoso; - Relativamente às considerações sobre a Bandeira Azul e todas as Bandeiras que foram hasteadas, informou que ainda falta hastear as

u

bandeiras das Praias Fluviais que estão também para ser agendadas; - Sobre a questão do atendimento da área social, que pode ter algum reflexo financeiro, informou que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra fez um protocolo com a Faculdade de Economia que está para fazer uma análise à receita e à despesa que os Municípios da Região de Coimbra estão a ter, relativamente às transferências de competências, tendo sido iniciada pela parte da Ação Social. Acrescentou que, a partir do momento em que o atendimento começou a ser feito, não só na casa Francisco Pinto, mas também em várias zonas do concelho para onde os técnicos se deslocam, como Ançã, Murte, Cantanhede, Covões, Febres, Tocha e Cadima, e para as áreas envolventes, a proximidade aumentou e fez disparar o número dos atendimentos. Acrescentou ainda que, evidentemente, tudo isso leva a um aumento bastante grande dos custos, não compensados face ao que se recebe, pelo que, face aos números que serão feitas propostas às comissões de acompanhamento que esses valores sejam corrigidos; - Relativamente à intervenção do Sr. Carlos Fernandes, referiu que a questão do desporto foi muito bem referenciada, não só em termos do Município, porque tudo o que aconteceu, não está aqui em causa apenas à obsessão de subir de divisão, mas também a importância das atividades que envolvem tanta criança, tantos jovens, tantas modalidades. Referiu que, por vezes, apenas se analisa o desporto na modalidade de futebol, onde houve muitos prémios, muitas subidas de divisão, mas neste caso houve muitas mais modalidades. Também referiu ser interessante conhecer a visão externa que existe relativamente ao desporto em Cantanhede, sobretudo quando ficam perplexos ao saber que a maioria dos clubes utilizam os Parques Desportivos sem pagar. Acrescentou que, se esse facto puder potenciar uma geração mais saudável, com outro tipo de valores, representando uma aposta forte no que se pretende ter dos jovens para o futuro, será uma aposta ganha.

Deixou de seguida uma palavra de satisfação, não só a toda a equipa do Desporto do Município, mas também a toda a vida associativa que se faz no concelho, seja ela cultural ou social, e neste caso concreto, desportiva, ao voluntariado e ao envolvimento das famílias e dos atletas do concelho, pela forma como se integram naquelas atividades. Finalmente, aproveitou para dar conhecimento, embora não estando na agenda, que acabou de chegar um ofício da E-Redes a informar sobre o investimento realizado em 2023 e o Plano de Obras para 2024 em Cantanhede. De forma muito resumida, informou assim que, de acordo com a informação do seu Diretor, Eng.º Catarino Alves, da Direção das Autarquias Locais, nos anos de 2021 a 2023, a E-Redes investiu na rede de baixa tensão no concelho de Cantanhede 2.007.966,00€, o que é muito relevante e muito interessante. Informou ainda que, relativamente ao ano de 2023, o investimento nas redes de baixa tensão foi de 735.260,00€, em várias áreas, e para o ano de 2024, a E-Redes prevê, em complemento com o plano de atividades que já tinham enviado, um investimento no Município de Cantanhede em redes de baixa tensão de 1.000.252,37€.

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, afirmando ser motivo de regozijo verificar que todas as Bancadas estão em sintonia com os problemas de saúde no concelho. Acrescentou que, sendo uma matéria de há muitos anos, e devem todos ter paciência e resiliência, porque o processo, como já foi dito, vai ser longo, porque a recomendação poderá vir a ser feita, poderá depois de baixar à Comissão Parlamentar de Saúde, e mesmo que volte novamente ao Plenário e seja aprovada, será apenas uma recomendação, estando sempre nas mãos do Ministério da Saúde a possibilidade de resolver politicamente ou não o assunto. Referiu ainda que, pessoalmente, considera que independentemente de ser PSD ou PS a governar, têm todos o desígnio de pugnar por algo que, profundamente sabem que é o melhor para

W

a região que excede e extravasa o concelho de Cantanhede, incluindo Coimbra, porque está-se a afogar Coimbra com situações de urgência. Acrescentou que, seja consulta aberta, seja urgência, sub serviço de urgência básico ou Centro de Atendimento Clínico para situações agudas, têm de o continuar a defender, o que vai demorar tempo, sendo bom que estejam todos unidos porque fazem parte de uma família que quer ver resolvida aquela questão. Por último, não deixou de dar nota de ter verificado que na fotografia que foi difundida após a reunião na Assembleia da República, na passada sexta-feira, aparecer o Deputado Pedro Coimbra, que foi o primeiro relator da primeira petição e não fez absolutamente nada, tendo o descaramento de aparecer numa fotografia sorridente, associando-se àquele momento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes, começando pelo tema da saúde, referiu que a Bancada do PS se regozija com a unanimidade em torno do assunto, pois é um tema que lhe diz muito, tal como a toda restante a comunidade. Acrescentou que todos concordam com alguns aspetos e com a tomada de posição da Câmara Municipal de Cantanhede, pelo que a Bancada do PS está totalmente disponível para colaborar e ajudar na tomada de medidas que forem necessárias para que a causa vá em frente. Referindo ser muito importante, de facto, que todos estejam unidos na defesa daquela causa, lançou um desafio à Mesa e a toda a Assembleia, no sentido de tomarem uma posição conjunta, através do envio de uma carta à Ministra da Saúde, para que ela perceba que não é só a Câmara Municipal que está interessada naquela abertura, mas também a Assembleia Municipal, dando assim a força suficiente e necessária para que aquele projeto vá em frente. Acrescentou que poderiam criar um pequeno grupo, presidido pelo Sr. Presidente da Mesa, João Moura, com um elemento de cada

bancada e redigirem o documento, para mostrar a posição defendida pela Assembleia. Colocou, de seguida, três questões: - Relativamente aos problemas de circulação no passeio em frente à Escola Marquês de Marialva que referiu na última sessão, recordou que a Sr.^a Presidente afirmou que iria reunir com a Comissão de Trânsito para tomarem medidas pelo que gostaria de saber se aquela reunião foi feita, e se, em caso afirmativo, quais foram as medidas que foram tomadas ou que pensam tomar para solucionar o problema; - Relativamente à circulação automóvel no centro da vila da Tocha, referiu todos saberem que é problemática, em especial, aos fins de semana e particularmente ao domingo. Acrescentou que, quem lá passa e quem é de lá, conhece os constrangimentos de passar naquele cruzamento, são semáforos, muitas das vezes úteis, outras vezes inúteis, carros que estão ali minutos à espera de passar quando na verdade não é necessário estar ali tanto tempo à espera. Questionou assim sobre as medidas que a Câmara pensa tomar ou que poderá vir a tomar para minimizar aquele problema, que não afeta só nos habitantes da Tocha, como todos os que por lá circulam; - Relativamente à questão da pedra de Ançã, que foi reconhecida pela UNESCO como Pedra Património Mundial, questionou sobre o que a Câmara Municipal pensa fazer quanto à questão da conservação e da valorização, que medidas pensa tomar, se está a pensar retomar o Simpósio da Pedra.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de novo, a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual esclareceu, relativamente às lombas no lugar de Carreiros que quem lá passa vê bem as marcas das roçadelas de cárter e óleo. Acrescentou não se tratar de velocidade, mas dos carros serem baixos, porque ele próprio tem um carro que tem de fazer a abordagem à lomba de forma oblíqua para passar sem problema. De seguida, relativamente às intervenções anteriores, concordando e corroborando o que o Sr. Presidente da Mesa falou sobre a célebre fotografia, referiu que o Partido Chega

u

também o registou e também não gostou, porque houve mais forças políticas que intervieram e não estavam presentes naquela foto, onde deveriam estar todos, em significado de união. Relativamente à questão colocada sobre o trânsito na Tocha, recordou que, há alguns anos, já foi sugerida uma rotunda grande em vez dos semáforos, mas na sua opinião, a solução será a construção da variante. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual referindo que a época balnear já está próxima, recordou que foi aprovado na Assembleia Municipal um projeto para a construção de um Bar na Praia da Tocha, na areia da zona norte, que o Bar vulgarmente denominado "Vida Boa" está lá, mas, nesta altura a nova construção já deveria estar praticamente concluída quando não está e o bar existente está fechado. Solicitou assim informação sobre aquela questão, pois têm sido questionados sobre aquele assunto e gostaria de poder responder assertivamente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que o Sr. Pedro Cardoso, Vice-Presidente da Câmara ou o Sr. Vereador, Adérito Machado, pudesse dar as explicações necessárias, concretamente, quanto às questões da circulação e da Comissão de Trânsito. Informou, de seguida que: - Sobre o centro da Tocha, existe um projeto feito, ainda pelo Eng.º Alves, para uma rotunda naquela zona, mas a 109 não é propriedade municipal e ainda está como Estrada Nacional. Referiu ainda não ter chegado nenhuma informação sobre grandes constrangimentos, embora a vontade de fazer aquela rotunda tem surgido ao longo dos anos. Acrescentou que, numa reunião havida, há pouco tempo, com os responsáveis das Infraestruturas de Portugal, a questão foi colocada, mas há alguma resistência, por ser uma rotunda onde irá ser feita uma confluência de inúmeras vias e porque há ali a possibilidade de

colocar uma só com um sentido, sendo situações mais delicadas. Acrescentou que, se a tutela decidir entregar a Estrada, dependendo dos números, poderia vir a ser analisada daquela forma, contudo, a decisão é deles. Informou ainda que a Câmara tem ainda pronto o projeto de uma rotunda na zona da Póvoa da Lomba que também não é aceite pelas Infraestruturas de Portugal, e que dava a possibilidade de acesso direto para dentro da Póvoa, sem a necessidade de dar a volta por cima. Concluiu que pode voltar a falar mais uma vez sobre o assunto, sempre em articulação com a Junta de Freguesia da Tocha e com todas as pessoas envolvidas naquele processo; - Relativamente à questão da pedra de Ançã, referiu que foi um processo importantíssimo, não só para a valorização da Pedra, mas também para o Município, e para o País. Destacou o trabalho feito pela Junta de Freguesia de Ançã nesse sentido, com o apoio técnico do Município e da Universidade de Coimbra com a equipa liderada pela Professora Helena Henriques, que foi uma pessoa extraordinária naquele mesmo processo. Informou que estão a trabalhar várias questões ligadas ao Município e à Junta de Freguesia, que espera brevemente poder divulgar porque é algo que tem de ser potenciado; - Relativamente à época balnear e ao bar referiu que se tivesse sido dado cumprimento ao que estava no contrato o Bar já deveria estar praticamente concluído, sendo do conhecimento dos Sr.s Vereadores do Partido Socialista porque o assunto foi presente à reunião de Câmara, constando das respetivas atas, que são públicas. Informou, de seguida, que a pessoa que ganhou a concessão, veio transmitir que não estava interessado uma vez que não conseguiu arranjar empresas que lhe fizessem a obra com os valores que estavam plasmados na própria concessão, pelo que, no momento, o processo encontra-se em análise jurídica ao nível da Câmara e com o concessionário, no sentido de se encontrar uma solução. Afirmou lamentar muito o aspeto com que está o Bar, porque gostaria de

intervir para o colocar com um aspeto mais normal, mas neste momento, como existe a concessão e enquanto a parte jurídica não ficar deslindada, é da responsabilidade do próprio concessionário. Afirmou ter pena não estar em condições para a época balnear, porque o projeto estava muito interessante e enriquecia bastante a praia, não só da parte de Bar como também da parte Restaurante. Acrescentou haver vontade de ultrapassar aquela situação e arranjar uma solução, mas como está condicionada a questões jurídicas, deve-se aguardar para saber o que se poderá fazer.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vereador, Adérito Machado, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, relativamente às Escolas e ao trânsito, referiu ser um conflito que é partilhado, no fundo, com todas as Escolas. Acrescentou que o mesmo não tem a ver com o funcionamento das Escolas, nem com os alunos, nem com os pais que levam os filhos, que, efetivamente, só não entram na Escola de carro porque não conseguem, porque senão entravam. Acrescentou ainda que, na Escola da Tocha, com as obras, foram implementadas formas diferentes de circulação nas proximidades e em frente à Escola pelo que acredita que o problema vai melhorar. Acrescentou ser um tema que já foi discutido várias vezes com a GNR e que já foram implementadas algumas situações, mas verifica-se que os pais param efetivamente e fazem obstrução, mas quando a GNR está presente, não o fazem. Referiu ainda que, em Cantanhede, em parceria com a Guarda Nacional Republicana está-se a tentar ver uma alternativa que não se vislumbra muito viável, porque já foram colocados pinos no centro da via e se forem colocados pinos no passeio, provavelmente, vai haver mais conflitos pelo que deve ser tudo analisado de uma forma global. Finalmente, referiu que as pessoas têm de ter a noção que a fluidez do trânsito é o mais importante, e que muitas vezes, por desleixo de alguns, pagam todos, sendo o caso dos autocarros que ficam impedidos

de passar. Referiu ainda que os serviços estão atentos, embora a GNR já tenha transmitido que quando estão no local nada se passa.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida, a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes, prestou as seguintes informações: - Relativamente à questão do calcário de Ançã, confirmou que estão a ser preparados um conjunto de projetos e iniciativas, baseados naquele reconhecimento, nomeadamente: - Uma parceria importante com a CIM, com um roteiro da pedra em termos de património, porque na lógica da CIM, a pedra une todos os outros Municípios; - Está a ser estudado, já com bastante desenvolvimento, um Centro Interpretativo com possibilidade de ser explorado, não só do ponto de vista geológico, mas também botânico com base na flora típica daquele espaço e sucessões ecológicas; - Está a ser reapreciado o Simpósio; - O Museu da Pedra tem vindo a desenvolver, em termos de novas tecnologias, a abordagem relativamente àquele filão, e sobretudo, um conjunto de atividades lúdicas ou pedagógicas para o Museu vivo, assente na lógica do Museu continuar a ter mais força, dinâmica, novidade e fatores de atratividade. Referiu ainda que, em breve, haverá mais desenvolvimentos, centralizados naquela questão, quer em termos de valorização, quer de encontrar novas oportunidades de trabalho. Relativamente à questão dos subsídios, referiu não ser um assunto da Assembleia, mas da Câmara Municipal, nomeadamente, da Cultura. Acrescentou que estão a decorrer dentro da normalidade, sendo apreciados mediante um conjunto de fatores, desde relatórios a circunstâncias. Acrescentou que, na maior parte das vezes, aquelas realizações culturais não são feitas pelas Juntas de Freguesia, no entanto, há cada vez mais preocupação no sentido de antecipar os que são das Juntas de Freguesia e, relativamente ao evento organizado pela União das Freguesias de Portunhos e Outil,

ca

espera que consiga ir à próxima reunião da Câmara e depois, naturalmente, à Assembleia. Referindo ainda que o evento foi efetuado com a maior consideração por parte dos Serviços da Cultura, mencionou alguns aspetos que poderiam implicar a não atribuição do subsídio financeiro e que, da última vez que o evento foi agendado, não foi concretizado, nem a Câmara foi avisada que não se concretizaria. Voltou a repetir que o processo decorreu dentro de toda a normalidade, não tendo havido nada a atrasar o processo normal da atribuição de subsídios, estando previsto que seja atribuído um subsídio, ainda que tenha algumas fragilidades para poder ser apoiado, o que é bem revelador da preocupação e da atenção para com o evento em causa.--

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, respondendo à intervenção do Sr. Vereador, Adérito Machado, referiu que há sempre soluções, mas tem de haver boa vontade para as fazer. Não sendo técnico, considera que, à semelhança de outros locais existentes em Cantanhede, poder-se-ia dividir a estrada dos passeios, com um conjunto de pinos a fazer a delimitação do passeio. Acrescentou que seria uma solução que poderia acabar com o problema, porque, se o civismo não resulta, deve-se partir para a ação. Relativamente à presença da GNR no local, referiu já ter assistido às pessoas continuam estacionadas onde se encontram, mesmo com aquela presença, sendo que apenas um ou outro sai com medo. Relativamente à questão da Pedra de Ançã e do projeto que é extraordinário, afirmou considerar muito bem que sejam tomadas todas as medidas, e solicitou que a Junta de Freguesia de Portunhos e Outil fosse envolvida, porque também faz parte do coração da Pedra de Ançã.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informando que, relativamente à questão da saúde, uma vez que a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal tem uma audiência pedida à Sr.ª Ministra da Saúde, ele próprio também

estará presente nessa reunião, onde poderá explanar as várias posições tomadas ao longo dos anos na Assembleia Municipal sobre o assunto, deixando para um momento posterior qualquer posição que possam vir a tomar no futuro, conforme forem as ações imediatas.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.^a Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 2 – «Apreciação, discussão e votação do projeto de regulamento de gravação e transmissão áudio/vídeo das sessões da assembleia municipal»:**-----

----- Relativamente ao assunto em análise, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou que o mesmo foi já discutido várias vezes ao longo do mandato, em várias sessões da Assembleia Municipal, foi criado o Grupo de Trabalho, foi-se aguardando o parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados e, quando o mesmo chegou, o Grupo de Trabalho reuniu novamente tendo produzido um documento final que foi partilhado pelas Bancadas, esperando-se agora uma tomada de decisão na presente sessão.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes que passou a elencar alguns trabalhos que se desenrolaram para conhecimento de toda a Assembleia: - Recordou que, no âmbito da primeira discussão sobre a transmissão ou não, e a possibilidade de se estabelecer um Regulamento para o efeito, foi criada uma Comissão que incluiu da parte da Bancada do PSD, a Sr.^a Conceição Sá, o Sr. João André Jesus, o Sr. Rogério Marques e o próprio, da parte da Bancada do PS, o Sr. Abel Carapeto e o Sr. José Malta e, da parte da Bancada do Partido Chega, o Sr. Ulisses Salvador, para além do Sr. Presidente da Mesa e dos

u

Técnicos Municipais, nomeadamente, o Sr. José Negrão, o Sr. João Machado, o Sr. Jorge Reste, o Sr. Miguel Cunha e a Sr.ª Isabel Branco, cujos contributos não queria deixar de destacar; - Justificou que, depois de muita discussão, a versão a que chegaram acabou por ser um bocadinho um retrocesso, porque entre o início do processo e o presente momento, saíram da Comissão Nacional de Proteção de Dados instruções normativas sobre o que deve ser a transmissão das reuniões dos órgãos das autarquias locais, o que levou a que vários aspetos caíram por terra. Como por exemplo, acerca do tempo em que as transmissões deveriam ficar disponíveis para consulta ou para download, a qualidade de transmissão dos dados, a articulação entre uma transmissão de qualidade e o tamanho de dados que permitisse fazer download, e que a Comissão Nacional de Dados quanto a esses aspetos é taxativa: As transmissões são online e não ficam disponíveis para descarregar após o término da sessão. Outro exemplo, foi a questão de como se iria transmitir, com que meios técnicos, em que plataformas e a Comissão Nacional de Proteção de Dados aqui também é taxativa: Única e exclusivamente no sítio institucional de Internet do Município, sem transmissão através das redes sociais, porque isso implica um risco acrescido de partilha de dados com as entidades que gerem essas redes sociais. Outro exemplo ainda, foi saber quem é que pode ou não, e em que circunstâncias, vetar a sua transmissão, sendo que, na última reunião onde esteve presente o DPO do Município, este foi taxativo ao afirmar que qualquer elemento presente na Assembleia tem direito à reserva de imagem e de som, sejam os eleitos, os funcionários e o público, pelo que todos têm de autorizar previamente que sejam gravados e transmitidos, admitindo-se que para os eleitos e para os funcionários que habitualmente acompanham a Assembleia que essa autorização possa ser para o mandato, sem prejuízo de que, para determinados assuntos ou qualquer momento,

poderem retirar a autorização. Referiu finalmente que o Regulamento agora apresentado tem por base a proposta inicial, mas tendo em conta as novas indicações pelo que sofreu muitas alterações como as que acabou de transmitir. Acrescentou que foi solicitado aos elementos presentes na Comissão que transmitissem as alterações às respetivas Bancadas, dando conhecimento de toda a discussão havida e do porquê de se terem introduzido alterações tão significativas ao que tinha sido aqui discutido na Assembleia.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou estar presente, na sessão, o Sr. Hugo Oliveira, Encarregado de Proteção de Dados do Município, que poderá, se for necessário, dar alguma explicação ou algum esclarecimento.-----

----- Deu, de seguida, a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual informou que, após 2 anos e qualquer coisa de espera, finalmente o documento está finalizado dentro do possível, atendendo às regras que são muito apertadas, encontrando-se, no momento, em votação. Referiu que os elementos da bancada do PS concordando com o documento na sua globalidade, apesar de, no futuro, poder vir a sofrer alterações decorrente da publicação de novas Leis, irão votar favoravelmente.-----

----- Deu, de seguida a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual afirmou ter estado presente nas reuniões de trabalho pelo que, subscrevendo os condicionamentos que a Comissão de Proteção de Dados impõe, concorda com o documento apresentado. De seguida, alertou para o facto de, devido à colocação das câmaras, os Membros terem sempre de se levantar para ir ao púlpito, o que poderá roubar, alguma pujança, à Assembleia porque, se dentro da mesma intervenção este senta, levanta, levanta e senta, não é prático.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, o qual teceu algumas considerações sobre as intervenções anteriores e, de seguida, passou a palavra à Sr.^a

Áurea Andrade, a qual referindo-se à intervenção do Sr. Ulisses Salvador sobre a questão de falar no púlpito, previsto no Regulamento, considera que o facto de se falar no púlpito dá muito mais dignidade à Assembleia Municipal, independentemente de poder roubar tempo ou não, pois pessoalmente, não gosta de estar a falar de costas para as pessoas, mas sim falar e olhar nos olhos das pessoas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu, de seguida, a palavra ao Sr. Hugo Oliveira, DPO do Município, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou que o Regulamento foi elaborado de acordo com as regras e as orientações da CNPD, para que as transmissões possam ser efetuadas de forma a cumprir com o que é exigido. Acrescentou que o documento foi objeto da sua análise e do seu parecer, estando de acordo com o que tem de ser feito. Relativamente às soluções técnicas, referiu que terão de ser vistas numa fase posterior, de forma a garantir que o que está a ser aprovado, é cumprido.-----

----- Não havendo pedidos de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação do projeto de regulamento de gravação e transmissão áudio/vídeo das sessões da assembleia municipal»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 29 votos a favor e 2 abstenções.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que os Pontos 3, 4 e 5 da ordem de trabalhos tratam de atribuições de subsídio às Freguesias, pelo que sugeriu que fossem explicados em conjunto e de seguida votados individualmente, à semelhança do que já foi feito em anteriores sessões.-----

----- Solicitou então à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Parque de Lazer de Murtede / Ampliação da iluminação pública»**, ao

Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Obras no cemitério 3.ª Fase» e ao Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do subsídio atribuído à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça em reunião camarária de 02/11/2023 e em sessão da Assembleia Municipal de 20/11/2023 / Requalificação de 4 parques infantis».-----

----- Tomou então a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que: - O ponto n.º 3 refere-se à atribuição de um subsídio à Freguesia de Murte, destinado à intervenção que está a decorrer no Parque de Lazer daquela Freguesia, mais especificamente relativa à ampliação da iluminação pública, cujo valor é de 20.486,99€; - O ponto n.º 4 refere-se à atribuição de um subsídio à Freguesia da Sanguinheira, destinado à 3.ª fase das obras do cemitério da Sanguinheira, no valor de 4.134,00€, corresponde a 30% do valor que foi investido naquela fase; - O ponto n.º 5 refere-se a uma proposta de alteração de um subsídio que tinha sido atribuído à União de Freguesias de Cantanhede e Pociça em 02/11/2023, relativo a intervenções feitas nos Parques Infantis Amaro da Costa na Quinta das Mouriscas, da Praceta António Sérgio e do Parque Infantil Charles Cid. Acrescentou que depois de se terem concluído as obras e de se terem analisado todos os preços unitários, verificou-se que o valor final foi reduzido, passando o subsídio anteriormente atribuído para 30.467,27€.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murte / Parque de Lazer de Murte / Ampliação da iluminação pública»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto**

4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Obras no cemitério 3.ª Fase», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do subsídio atribuído à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça em reunião camarária de 02/11/2023 e em sessão da Assembleia Municipal de 20/11/2023 / Requalificação de 4 parques infantis», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que os Pontos 6, 7 e 8 da ordem de trabalhos tratam de isenções de taxas às Freguesias, pelo que sugeriu que também fossem explicados em conjunto e de seguida votados individualmente, à semelhança dos pontos anteriores.-----

----- Solicitou então à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença de espetáculos de música ao vivo e Licença Especial de Ruído / XIX Edição da Feira do Tremoço», ao Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Licença de espetáculos de música ao vivo e licença especial de ruído / XXIV Tapas & Papas» e ao Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Licença de espetáculos de música ao vivo e Licença especial de ruído / IX Mostra Gastronómica Sopas & Pedras».-----**

----- Tomou então a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio,

informando que: - O ponto n.º 6 refere-se a uma isenção de taxas à Freguesia de Cadima, pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo e da licença especial de ruído para a 19.ª edição da Feira do Tremoço, no valor é de 105,00€; - O ponto n.º 7, refere-se a uma isenção de taxas à União de Freguesias de Cantanhede e Pocariça, pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo e da licença especial de ruído para a realização da 24.ª edição do Tapas e Papas, no valor de 168,89€; - O ponto n.º 8 refere-se a uma isenção de taxas à União das Freguesias de Portunhos e Outil, pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo e da licença especial de ruído para a realização da 9.ª Mostra Gastronómica Sopas & Pedras, no valor de 105,00€.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença de espetáculos de música ao vivo e Licença Especial de Ruído / XIX Edição da Feira do Tremoço»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Licença de espetáculos de música ao vivo e licença especial de ruído / XXIV Tapas & Papas»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Licença de espetáculos de música ao vivo e Licença especial de ruído / IX Mostra Gastronómica Sopas & Pedras»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.



----- Entrou-se de seguida no **Ponto 9 – «Procedimentos a adotar para a prescrição das dívidas provenientes da Ação Social Escolar / Para conhecimento»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, apesar da situação no momento ser diferente, existe uma dívida acumulada relativamente ao não pagamento de verbas de alimentação e de ATL, da rede de Jardins de Infância Públicos e do programa de generalização de refeições escolares do Município, porque, conforme tem sido recorrente informar na Assembleia, nem todos os encarregados de educação assumem as responsabilidades de liquidar as despesas referentes aos seus educandos, apesar de existir uma análise social que atribui escalões diferentes ao educandos de famílias carenciadas ou com alguma dificuldade. Recordou que, de acordo com a Lei, decorreram procedimentos ainda no mandato do nosso Presidente da Assembleia Municipal, nomeadamente, diligências no sentido de fazer instaurações de processos judiciais nos Julgados de Paz, tendo a situação melhorado ligeiramente, mas voltou novamente a agravar-se. De seguida, houve uma ligação com as Finanças de forma a implementar novas medidas, que ainda estão a decorrer, no sentido de o Município ser ressarcido daqueles valores, cuja dívida acumulada até 30 de abril de 2024, no que respeita a refeições escolares e ATL, é de 65.222,52€. Referiu ainda que, relativamente àqueles procedimentos, as dívidas prescrevem no prazo de 8 anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu, sendo necessário diligenciar no sentido de fazer essa mesma regularização. Acrescentou que, no momento, encontram-se prescritas faturas cujo prazo de pagamento voluntário era de 01/07/2015 a 31/01/2016 num valor total de 3.473,26€, sendo necessário a Divisão Financeira fazer as respetivas movimentações contabilísticas para a devida

regularização daquele procedimento. Salientou que, no momento, aquelas questões já não se processam da mesma forma, tendo começado ao nível das EB 2,3, das Secundárias e dos Agrupamentos, com a aquisição da senha antes da criança ou do jovem poder almoçar, e está praticamente controlada e, nos Jardins de Infância e das EB1 foi implementado o programa SIGA que se traduz num pré-pagamento, onde ainda há uma situação ou outra que, mesmo assim, há valores em dívida, mas residuais.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 10 – «Concessão de Isenções de Taxas Municipais / 1.º Semestre 2024 / Para conhecimento»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, de 06/12/2023 a 15/05/2024, o Município isentou de Taxas Municipais várias entidades, desde Centros Culturais a Associações Desportivas, ao Instituto de Emprego, a clubes, Associação de Moradores, Academias, Juntas de Freguesia, no valor total de 230.236,52€.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, resumiu que, no fundo, o Município deixou de ter aquela receita, no entanto, tratam-se de subsídios indiretos ao movimento associativo, com múltiplas associações e a entidades públicas, que, de alguma forma, acaba por refletir do dinamismo do concelho.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, a qual concordando que o facto daquelas isenções refletirem bastante o dinamismo do concelho, porque foram dadas a variadas Associações, afirmou não entender a tabela que foi distribuída, porque regularmente, aquelas isenções andam na casa dos 20.000,00€/30.000,00€, e ficou surpreendido quando viu 230.000,00€. Acrescentou que, existe em janeiro uma parcela que ressalta completamente fora das restantes,

w

no valor de 190.000,00€, que tem certamente uma justificação, mas que não consegue perceber, porque refere Associações Desportivas do concelho em vez de detalhar quais as Associações, contrariamente às restantes linhas, não sabendo se foi alguma falha ou se é algum valor transitado.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, não se tratar de falha alguma, porque tem a ver com várias Associações Desportivas do concelho que utilizam infraestruturas desportivas municipais de forma não pontual, como as piscinas, o pavilhão, um campo de futebol e para as quais são celebrados contratos programa de desenvolvimento desportivo com as associações.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual referiu que, de facto é um valor extraordinário para quem trabalha no Associativismo, sendo de elogiar e louvar todo o trabalho que as pessoas fazem em prol dos seus Clubes e das suas Associações. Acrescentou que, atualmente, quem anda no terreno sabe a grande dificuldade de arranjar pessoas voluntárias para participar, até para constituir os órgãos sociais de uma Associação, e aquele apoio, por pequeno que seja, é um apoio de grande importância, porque as taxas que se pagam, não só as taxas municipais, como também as taxas para a questão da música, tornam-se tão onerosas para as Associações que muitas delas acabam por desistir e de organizar eventos culturais e recreativos. Acrescentou que, basta uma Associação organizar mais que três eventos culturais por ano que já é considerado um promotor e as taxas disparam, o que é penalizador e desmotivante para quem quer trabalhar, quando as pessoas dão o seu trabalho sem qualquer tipo de compensação. Por tudo isso, elogiou a Câmara por esse apoio, extraordinário para as Associações Culturais, Recreativas e Desportivas.-----

----- A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas consolidadas 2023»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que iria falar rapidamente, com recursos a breves projeções, das contas consolidadas do Município, da ABAP, do BIOCANT e da INOVA e depois os Administradores presentes, Sr. Pedro Cardoso e Sr. Carlos Fernandes iriam fazer uma apresentação mais detalhada. Começou por referir o enquadramento legal, a Lei das Finanças Locais e o Decreto-Lei n.º 54-A que define o SNC AP e que a elaboração daquelas contas consolidadas respeitou todos os procedimentos e todos os métodos, plasmados naquele Decreto-Lei, tendo já sido presentes ao órgão executivo que as aprovou, vindo agora à Assembleia Municipal para serem analisadas. Recordou, de seguida que a INOVA é detida a 100% pelo Município, o BIOCANT a 81,01% e a ABAP a 97,59%, embora esta última e o Município também detenham parte do BIOCANT. Passou de seguida a dar as seguintes explicações: - Na demonstração de resultados de desempenho orçamental do Grupo Municipal de 2023, houve uma receita de 54.677.433,48€, estando a receita de capital e corrente discriminada em todas as rubricas, esquematizadas para demonstrar qual a origem daqueles mesmos valores; - A despesa efetiva do Grupo foi de 51.184.827,21€, também discriminada em despesas efetivas correntes, ativos e passivos financeiros, e despesa em capital fixo; - No Balanço consolidado, o ativo líquido teve um aumento relativamente a 2022 que ultrapassou os 6.700.000,00€; - Do património líquido também houve um aumento relativamente ao ano anterior de mais de 4.800.000,00€ e o passivo também aumentou na ordem de 1.800.000,00€; - Na análise da demonstração de resultados, houve uma variação negativa de 1.385.000,00€, mas tem um resultado líquido consolidado do período positivo, de

W

719.510,62€; - A dívida bruta do Grupo Municipal tem uma variação positiva cerca de 1.800.000,00€ que corresponde a um crescimento de 8,84% relativamente ao exercício anterior; - Relativamente aos fluxos de caixa consolidados, no que diz respeito à variação de caixa e equivalentes houve um decréscimo de cerca de 608.000,00€ e nos fluxos de caixa de atividades operacionais uma redução de 846.523,51€, ao passo que, nos fluxos de caixa de atividades de financiamento houve um aumento face ao ano anterior de mais de meio milhão de euros; - O saldo de gerência orçamental foi de 3.492.606,27€ euros, o saldo de gerência de operações de tesouraria de 858.903,14€ euros e o saldo de gerência para o ano seguinte do Grupo Autárquico de 4.351.509,41€. Referiu, de seguida que, no fundo, as principais métricas do Grupo foram alcançadas pelo que deixou uma palavra de satisfação a cada área financeira das respetivas Administrações, pelo trabalho desenvolvido por todos os técnicos, porque a receita do Grupo Municipal foi de 54.600.000,00€, a despesa do Grupo Municipal de 51.100.000,00€, disponibilidades de 4.300.000,00€ e um saldo de gerência orçamental do Grupo de quase 3.500.000,00€, um ativo de 162.125.695,83€, com património líquido de 137.807.337,28€ e um passivo de 24.318.358,55€, com um resultado líquido do exercício de 719.510,62€. Referindo, finalmente, que felizmente todos terminaram o ano de uma forma saudável financeiramente, solicitou que os administradores da INOVA, da ABAP e do BIOCANT fizessem a apresentação da sua própria atividade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Pedro Cardoso, o qual apresentou informação detalhada sobre os indicadores e resultados financeiros obtidos por aquela empresa municipal no ano de 2023. Em jeito de conclusão referiu que: - O resultado líquido do exercício ascendeu a 475.000,00€, com um aumento de cerca de 380.000,00€ face

ao ano anterior; - Tendo em conta o relatório de execução do Plano Plurianual de Investimento, informou que a INOVA em 2023 investiu um total de 1,83 milhões de euros tendo o ativo não corrente líquido descontado os ativos por impostos diferidos, atingido o montante 33,1 milhões de euros, com um decréscimo de 600,00 euros face a 2022; - A dívida líquida remunerada atingiu um montante de 4,64 milhões de euros no exercício de 2023, cerca de 14% apenas dos ativos não correntes líquidos; - Em resumo, o resultado líquido do exercício corresponde a 475.000,00€. Referiu, ainda os selos de qualidade que revelam reconhecimento da qualidade do trabalho que foi desenvolvido em 2023 por entidades reguladoras, sendo um reconhecimento externo que constitui uma mais-valia. Agradeceu de seguida ao Conselho de Administração anterior, aos técnicos, aos funcionários, no fundo a todas as equipas que tornam tudo isso possível, bem como às entidades reguladoras que colaboram com a Empresa, para que fosse possível ter atingido aqueles valores, sendo uma mais-valia para a consolidação com as contas do Município, não só em termos financeiros, mas sobretudo, para a qualidade do trabalho que é desenvolvido, ao preço mais baixo possível, que se conseguiu em 2023. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual fez uma apresentação detalhada da ABAP, não apenas do ponto de vista das contas propriamente ditas, mas também da sua atividade. Relativamente à demonstração de resultados, informou que o resultado líquido foi de 102.000,00€.--

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual abordando o tema da ABAP, referiu ter investigado e concluído que em tempo, a ABAP foi uma Associação criada para recolher apoios para apoiar à BIOCANT que tinha um papel ligado às células estaminais e outras atividades. Acrescentou que a ABAP, durante alguns anos, esteve praticamente sem atividade,

w

começando agora a mostrar alguma atividade. No entanto, constata que continua a absorver dinheiro ao Município, nomeadamente, cerca de quase 700.000,00€. Questionou assim se, com tanta atividade, não seria possível por a ABAP a rentabilizar e não a dar prejuízo?-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual agradeceu a forma clara e objetiva com que foram apresentadas as contas consolidadas da Câmara, da INOVA e da ABAP, o que permitiu esclarecer algumas dúvidas que eventualmente poderiam ter ou continuar a ter. Reconheceu, de seguida, em nome da bancada do Partido Socialista que aquele trabalho técnico é meritório e deve-se essencialmente aos trabalhadores que o implementam. Assim, deixando uma palavra de reconhecimento a todos os trabalhadores pelo excelente trabalho que têm desenvolvido, não obstante aqueles documentos refletirem opções políticas que, em certa medida, muitas delas não representam a bancada do Partido Socialista, informou que o sentido de voto da Bancada do Partido Socialista será a abstenção. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual esclareceu que: - A ABAP não foi criada para apoiar a BIOCANT nem os seus projetos, tendo assumido um pouco essas funções, como parte da sua atividade, no último ano ou ano e meio, aliás, a ABAP foi criada antes da BIOCANT e, portanto, a ABAP é a grande responsável pela criação e dinamização do Parque Tecnológico de Cantanhede; - A Câmara não coloca 600.000,00€ ou 700.000,00€ na ABAP, mas sim 200.000,00€, podendo ascender a 500.000,00€ ou 600.000,00€ na totalidade das duas associações; - É errado que tenha dado prejuízo, pois as duas Associações tiveram resultados líquidos positivos nas contas que estão em análise; - Caso uma delas pudesse ser adormecida, poderiam ser fundidas, pois existe um

conjunto de opções que não são descabidas e que devem ser faladas e pensadas; - A ABAP tem um papel social e institucional muito diferente da BIOCANT porque esta tem três associados como parte da sua estrutura científica e a ABAP tem mais de uma dezena de associados que incluem várias câmaras, parceiros na dinamização regional e local, como a ADELO, a Adega Cooperativa, a ETPC e outras entidades de âmbito mais regional e até nacional; - A interação da ABAP não deixa de ser necessária e precisa para a atividade e as parcerias do Parque; - Apesar da cessão de exploração, o que o Município recebe em termos de impostos das empresas que estão no Parque, seja no Parque Tecnológico de Cantanhede propriamente dito, seja na parte da zona industrial dedicada às bioindústrias, compensa o investimento que foi feito no Parque ao longo dos anos, havendo retorno económico do investimento efetuado; - As associações construíram quatro edifícios e, se a ABAP não tem passivo bancário, a BIOCANT ainda tem, pelo que sem o pagamento das quotas nas Associações, alguém teria que pagar os empréstimos na mesma, sendo que, de uma forma ou de outra poderiam escolher pagar os empréstimos tendo aquela atividade científica e tendo um papel ativo na dinamização do Parque e da biotecnologia, ou pagar os empréstimos diretamente via Câmara sem ter aquela atividade, sendo uma escolha política.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, o qual recordou que a ABAP foi a primeira Associação criada e posteriormente, a BIOCANT, tendo sido necessário devido à majoração do incentivo a fundo perdido por parte dos fundos europeus. Acrescentou que o primeiro edifício é da ABAP, depois foi criado o BIOCANT e surgiram todos os outros edifícios, tendo havido uma razão estratégica para que tivessem aparecido duas Associações. Referiu ainda que, ao longo dos anos têm discutido se valerá a pena ou se faz sentido haver duas Associações, mas por outro lado devem pensar no papel de ambas as Associações e no que pode potenciar

o papel de cada uma delas. Acrescentou ter sido importante a análise mais detalhada apresentada da prestação de contas da ABAP e do BIOCANT porque depreende-se que existe um papel importante que pode não ser palpável. Acrescentou ainda que, na sua opinião, não é despesa, mas sim investimento, sendo necessário pensar na quantidade de empresas que existem hoje no concelho, na quantidade de pessoas que vivem em Cantanhede, de quadros altamente qualificados, e no que isso representa para a economia local. Referiu ainda que se deve pensar no processo como um todo e não olhar especificamente para o resultado do ano, sendo certo que, durante muitos anos aquelas duas Associações, do ponto de vista estritamente económico, deram prejuízo. Voltou a referir que, no seu entender, não foi um prejuízo, mas um investimento e que, apesar da questão de os números ser importante, uma coisa é dizer que há 700.000,00€ de prejuízo e outra coisa é o Administrador dizer que não há, o que deve ser esclarecido. Dirigindo-se ao Sr. Ulisses Salvador, referiu ter toda a legitimidade para levantar as questões que entender sobre as contas da ABAP, no entanto, solicitou-lhe que tentasse, de alguma forma, ver o assunto um bocadinho mais longe, porque poder-se-iam fundir as duas Associações, mas é preciso cuidado. Acrescentou que, no passado havia questões que tinham a ver com os fundos comunitários e as prestações que estavam por pagar ao Banco e, portanto, havia um *timing*, por outro lado, os edifícios que foram construídos não era possível aliená-los, porque durante 5 anos os fundos comunitários e a legislação não o permitiam. Referiu ainda não se saber se é pertinente que, consoante as suas funções, as duas Associações possam continuar, e que, a todo o momento elas poderão fundir-se e ficar uma só. Referiu também que, se a Câmara é maioritária, obviamente, tem de colocar as suas quotizações, devendo haver uma boa gestão, sem dúvida. No entanto não é difícil perceber o resultado daquele investimento, que

teve duas décadas, e que, pelo que foi mostrado, o que se perspetiva em termos de futuro. Afirmou continuar convicto que devido ao investimento que o Município de Cantanhede fez, hoje Cantanhede é um Município e uma região que se diferencia claramente numa perspetiva de futuro por ter empresas que estão no mercado global e que produzem produtos de alto valor acrescentado.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que foi, naturalmente, uma decisão que foi e continua a ser uma política, e que há que saber o que se pretende para o concelho. Acrescentou que, nos últimos tempos, foram investidos em desporto mais de 8.000.000,00€, sem falar na cultura, nas IPSS, na rede viária, nas zonas industriais, na parte ambiental, etc... Afirmou considerar pessoalmente que vale a pena essa aposta, tal como os executivos anteriores também o entenderam, mas é importante perceber o que é que se está a fazer nas duas Associações, porque a ABAP neste momento, tem uma intervenção mais regional mas foi criada, não só para a questão dos fundos comunitários, mas também para fazer a gestão de todo o Parque. Recordou que, ao longo dos anos, todos os edifícios que ali foram construídos, foram construídos com fundos comunitários, mas também com empréstimos bancários e as rendas que eram obtidas das empresas que lá estavam, nem de longe nem de perto davam para cobrir a despesa que existia. Acrescentou que, mais tarde, chegou-se a uma altura de grande dificuldade financeira em termos de BIOCANT, tendo a parte privada adquirido dois dos edifícios e alguns terrenos e passou a fazer a gestão das empresas. Contudo, entende que o Município deve continuar a ter uma componente importante na parte da divulgação científica pelo que, uma das grandes apostas com as quais pretendem avançar, seria que a academia do BIOCANT tivesse umas férias para os jovens muito focalizada na questão da ciência, para os elucidar sobre o que

u

é que pode ser o seu futuro se tiverem tendência para aquela área. Relativamente à possibilidade de fusão das duas Associações referiu que tal não irá reduzir a despesa, porque quem está a fazer a gestão está sediada na ABAP, sendo a ABAP a fazer esse trabalho para a BIOCANT, porque a microbiologia tem receita e tem despesa. Referiu ainda ser a altura certa para que o Município reanalise o valor das quotas, porque há vencimentos de funcionários que lá se encontram e que têm de ser revistos e as despesas todas aumentaram. Pessoalmente, afirmou considerar que a Associação BIOCANT tem um papel decisivo e tem de continuar a fazer o mesmo trabalho. Referiu ainda considerar que foi e continua a ser uma aposta ganhadora para o concelho, tendo de se continuar a investir e não deixar unicamente a parte do privado com essa função, porque a função pública tem de continuar ali na parte associativa, a coordenar todas aquelas áreas. Relativamente aos números, informou que são cerca de 200.000,00€ de quotas para a ABAP e cerca de 300.000,00€ para o BIOCANT, que têm de ser reanalisadas, porque, neste momento, ficam muito aquém da despesa obrigatória que o Município de Cantanhede, tem que assumir. Referiu ainda que, quando a Associação foi criada não foi para dar lucro, mas para ter um papel diferenciador em termos da ciência, da biotecnologia, tendo elevando o Município através daquele trabalho, em termos nacionais e internacionais. Finalizou referindo que, agora que está numa fase mais serena, gostariam de avançar para outros projetos muito mais virados para a parte da educação, protocolando serviços, mas tudo isso exige verbas que têm de ser despendidas.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Ulisses Salvador referindo que não desvaloriza o papel das Associações, no entanto considera que, dentro do possível, se deve diminuir/minimizar o prejuízo que dão. Acrescentou que, só não dão prejuízo porque há dinheiro transferido, porque, caso contrário, existiria um saldo negativo. De

seguida, colocou algumas questões sobre a Prestação de Contas Consolidadas: - Apesar de não ter sido disponibilizado o relatório do ROC, à semelhança dos anos anteriores, que era elucidativo da Prestação de Contas, referiu que, após cuidada leitura das várias demonstrações presentes no relatório, verificou que os vários rácios económicos ou financeiros estão em declínio, face aos resultados líquidos dos anos transatos. Verificou ainda que, em simultâneo, existe uma tendência de aumento na dívida bruta, nomeadamente, no passivo corrente. Solicitou de seguida explicação relativamente ao passivo não corrente, para melhor compreensão, porque o passivo da BIOCANT e os seus planos anuais de amortizações este ano não estão no quadro. Assim, questionou sobre as causas do aumento do capital social, uma vez que houve redução na comparticipação, ou seja, este ano o capital social está em 5.070.000,00€ e a comparticipação foi de 81,01% no ano de 2023, quando em 2022 a comparticipação foi de 99,93% e o capital era 4.110.000,00€.-----

----- Interveio a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio lamentando que não tenha sido disponibilizado o parecer do ROC e informando que, no corrente ano, antes das contas consolidadas houve uma reunião dos ROC da Câmara, da ABAP e do BIOCANT, para poderem partilhar os dados de todas as contas. Relativamente às questões apresentadas, solicitou que o Sr. Carlos Fernandes pudesse dar as explicações necessárias.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, antes de responder às questões colocadas, informou que, por estar a intervir como administrador, na altura da votação irá ausentar-se. Informou, de seguida que: - A quota não foi estabelecida nem alterada para que as Associações tivessem resultados líquidos positivos uma vez que foi definida há vários anos, não tendo havido qualquer alteração; - Apesar das Associações consolidarem contas no

perímetro das contas públicas, a personalidade jurídica das mesmas é de “Associação sem fins lucrativos”, pelo que decorre da Lei que, num caso de eventual fusão ou extinção, o número de votos não é proporcional à participação, sendo que cada associado representa um voto; - Os Municípios associados e a maior parte dos associados da ABAP têm orgulho no que foi feito em Cantanhede e têm orgulho no que foi feito no Parque, e muitos deles querem manter essa mesma ligação ao Parque; - Não sabe o que aconteceu com o relatório do ROC, mas existem tabelas que não costumavam vir em anos anteriores, e que resultaram do esforço de harmonização, contendo as diferentes práticas, porque os normativos contabilísticos o ano passado também não eram os mesmos mas no corrente ano já irão ser; - Que essas novas tabelas tentam esclarecer algumas divergências que vinham de anos anteriores; - Quanto ao aumento da participação, os custos dos empréstimos tiveram reflexos enormes pelo que a ABAP, em alguns anos atrás, colocou suprimentos na BIOCANT; - Sempre houve uma perspetiva colaborativa entre as Associações e, tendo-se verificado que a BIOCANT teria alguma dificuldade em pagar os 960.000,00€ que devia de suprimentos, foi decidido converter, conforme foi comunicado e aprovado pelas Assembleias Gerais das duas Associações; - Esses suprimentos, em participação associativa, passaram de 4.000.000,00€ para 5.000.000,00€; - A Câmara tinha 99% passou a ter só 81% e a ABAP os outros 19% fruto daquele aumento de participação que foi devidamente validado, quer com pareceres jurídicos, quer com pareceres técnicos do ROC; - Relativamente à questão dos empréstimos, nem houve aumento do passivo de curto prazo, nem desapareceram as amortizações; - O que aconteceu, também mediante deliberações das Assembleias Gerais, foi a renegociação do empréstimo, mas à data de fecho das contas a 31 de dezembro ainda não tinha sido concluído o processo; - À data de fecho do Relatório de Contas

o processo já tinha sido concluído e, como a Lei determina que só depois de estar celebrada o acordo é que pode ser colocado, a instrução do ROC foi que o passivo devia passar todo para curto prazo, portanto, tendo este ano saído de médio longo prazo para curto prazo; - No próximo ano vai acontecer exatamente o processo contrário.-----

----- Interveio ainda o Sr. Ulisses Salvador informando que iria votar favoravelmente, sem qualquer tipo de reserva, tendo em conta que foram esclarecidas de forma inequívoca todas as questões que colocou. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas consolidadas 2023»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 28 votos a favor e 3 Abstenções.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou novamente que os **Pontos 12, 13, 14, 15 e 16** da ordem de trabalhos tratam de atribuições de subsídio às Freguesias, pelo que sugeriu que fossem explicados em conjunto e de seguida votados individualmente, à semelhança dos pontos anteriores.-----

----- Solicitou então à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XX Feira do Tremoço»**, ao **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XX Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã»**, ao **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / XXIV Tapas & Papas – Feira de Gastronomia e Artesanato de Cantanhede»**, ao **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e**

Corticeiro de Cima / Despesas com funcionamento do Jardim de Infância do Corticeiro de Cima» e ao Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Despesas com a beneficiação dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolares e do 1.º CEB da freguesia». -----

----- Tomou então a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que: - O ponto n.º 12 refere-se a uma atribuição subsídio à Freguesia de Cadima, para comparticipar a XIX Feira do Tremoço, no valor de 1.500,00€; - O ponto n.º 13 refere-se a uma atribuição de subsídio à Freguesia da Cordinhã, para comparticipar a XX Feira do Vinho e da Gastronomia, no valor de 1.500,00€; - O ponto n.º 14, a uma atribuição de subsídio à União de Freguesias de Cantanhede e Pocariça para comparticipar a XXIV Tapas & Papas - Feira de Gastronomia e Artesanato de Cantanhede, no valor de 1.500,00€; - O ponto n.º 15, a uma atribuição de subsídio à União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, para comparticipar despesas do funcionamento do Jardim de Infância, uma vez que é público e está em instalações da Junta de Freguesia, nomeadamente, despesas com eletricidade, no valor de 1.881,74€; - O ponto n.º 16, a uma atribuição de subsídio também à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, para comparticipar despesas relacionadas com o Jardim de Infância do Corticeiro de Cima, da EB1 de Vilamar e da EB do Corticeiro de Cima, para beneficiação daqueles estabelecimentos de educação pré-escolar, respetivamente no valor de 1.150,00€, 688,00€ e 1.052,83€, num valor total de 2.890,83€.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à**

Freguesia de Cadima / XX Feira do Tremoço», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / XX Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / XXIV Tapas & Papas – Feira de Gastronomia e Artesanato de Cantanhede», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Despesas com funcionamento do Jardim de Infância do Corticeiro de Cima», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Despesas com a beneficiação dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolares e do 1.º CEB da freguesia», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou ainda que os **Pontos 17, 18 e 19** da ordem de trabalhos tratam de isenções de taxas às Freguesias, pelo que sugeriu que também fossem explicados em conjunto e de seguida votados individualmente, à semelhança dos pontos anteriores.-----

u

----- Solicitou então à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença de Espetáculos de Musica ao Vivo e DJ's e Licença Especial de Ruído / XX Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã», ao Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo e Licença Especial de Ruído / Marchas de São João» e ao Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Licença Especial de Ruído / 9.ª Semana Cultural da União das Freguesias de Covões e Camarneira».**-----

----- Tomou então a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que: - Relativamente ao ponto n.º 17, se trata de uma isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã, pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo e DJ's e licença especial de ruído para a XX Feira do Vinho e da Gastronomia da Cordinhã, no valor de 138,63€; - Relativamente ao ponto n.º 18, se trata de uma isenção de taxas pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo e licença especial de ruído para as Marchas de S. João, no valor de 41,11€; - Relativamente ao ponto n.º 19, se trata de uma isenção de taxas pela emissão da licença especial de ruído para a 9.ª Semana Cultural da União das Freguesias de Covões e Camarneira, no valor de 26,90€.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença de Espetáculos de Musica ao Vivo e DJ's e**

Licença Especial de Ruído / XX Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo e Licença Especial de Ruído / Marchas de São João»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Licença Especial de Ruído / 9.ª Semana Cultural da União das Freguesias de Covões e Camarneira»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de desafetação de uma parcela de terreno afeta ao Domínio Público / Alvará de Loteamento n.º 3/1997, sita na Quinta de São Mateus / 2.º Aditamento ao Alvará de Loteamento»**;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que em 25/08/97 a Câmara tinha emitido um alvará na Quinta de S. Mateus com a área era de 130.208,60 m², tendo sido criados 6 lotes de terreno numerados de 1 a 6, sendo o lote 1 onde está a Casa da Cultura e tendo ficado para o domínio público 9.896 m². Acrescentou que, com a alteração que foi efetuada nas obras relativamente ao Museu da Pedra e do Colecionismo onde estava a ETPC, foi utilizada uma parte daquela área de domínio público com cerca de 1.000 m², tendo sido criado então o lote 1A. Referiu ainda que, com este 2º aditamento, a área de cedência de domínio público deixa de ser de

9.996m² e passa para 8.826 m², tendo sido integrados 1.070 m² no lote 1A sendo necessário desafetar do domínio público municipal aquela área, para integrar agora o domínio privado do município para completar o lote 1A onde estão os Museus, que fica com uma área de 2.510 m².-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de desafetação de uma parcela de terreno afeta ao Domínio Público / Alvará de Loteamento n.º 3/1997, sita na Quinta de São Mateus / 2.º Aditamento ao Alvará de Loteamento»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Adendas aos Contratos de Delegação de Competências celebrados entre o Município de Cantanhede e os Diretores dos Agrupamentos Escolares do Concelho»**;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, de acordo com o que tem sido analisado e transmitido da parte da Financeira, relativamente à questão da transferência de competências, em 2023 houve um défice de 1.326.427,75€ porque foi recebido durante o ano cerca de 3.500.000,00€ e a despesa foi de 4.800.000,00€. Acrescentou que, de janeiro a abril deste ano, já existe um défice que ultrapassa os 300.000,00€ que tem de ser reportado porque não pode continuar desta maneira. Referindo que o assunto em análise tem a ver com uma Adenda aos Contratos que foram estabelecidos com os Diretores dos Agrupamentos de Escolas solicitou que fosse o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, a fazer a apresentação do mesmo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual recordou tratar-se de um processo que é construído com os Diretores dos Agrupamento, tendo sido uma modalidade seguida desde o primeiro momento, e que tem sido avaliada de forma muito positiva. Acrescentou ser um processo gradual e permanentemente atualizado, porque é visto com cada um deles quais são as necessidades perante as especificidades de cada um dos Agrupamentos, dotando-os com as condições necessárias e oportunas em cada um dos momentos, sendo muito diferentes e sem comparação possível. Deu como exemplo: - O Agrupamento de Escolas Lima de Faria que é o maior e que está em obras e tem um conjunto de obras de manutenção que não tinham de fazer, ou atividades que são desenvolvidas no âmbito da transferência de competências; - O Agrupamento Gândara Mar que tem a seu cargo, não apenas o refeitório da Escola/sede, mas também de todos os Jardins de Infância e das Escolas do 1º Ciclo que têm um custo e um encargo que não é comparável com os outros. Voltou a frisar que não se podem comparar os valores atribuídos aos Agrupamentos, porque cada verba é atribuída depois de processo trabalhado, em conjunto, com base nos antecedentes, nos históricos que havia, nas despesas apresentadas e nas perspectivas de realizações também, tendo sido corrigidos os valores e apresentadas aquelas Adendas. Referiu ainda que o processo é dinâmico, sendo reavaliado daqui a mais 2/3 meses, para dar melhores condições de governabilidade aos Agrupamentos, e que aquelas verbas vão para o Agrupamento, que tem de as transferir para o Ministério e volta para eles depois de confirmarem o porquê daquelas verbas. Referiu ainda que o Município está sempre disponível para fazer as retificações que forem necessárias. -----

----- Não havendo pedidos de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 21** -

W

«Apreciação, discussão e votação da proposta de Adendas aos Contratos de Delegação de Competências celebrados entre o Município de Cantanhede e os Diretores dos Agrupamentos Escolares do Concelho», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Cantanhede para o ano de 2024»**;-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal surge da necessidade de recrutar, não só por causa das novas transferências, mas também devido a diversas aposentações, umas já se verificaram e outras estão em perspectiva de se verificar, e ainda porque foram feitas várias mobilidades internas de trabalhadores, sendo necessário acautelar aquelas situações. Informou, de seguida que, a 2ª alteração para o ano de 2024 contempla 542 postos de trabalho, 4 postos de trabalho a termo resolutivo certo, 1 incerto, a inclusão de 5 Assistentes Operacionais decorrentes da transferência de competências na área da saúde, 184 postos ocupados por tempo indeterminado e 1 posto ocupado a termo resolutivo incerto afetos aos Agrupamentos de Escolas do concelho, bem como 24 Assistentes Operacionais afetos à Divisão de Educação e Juventude a exercer funções na área da educação. Informou ainda contemplar 50 propostas de recrutamento por tempo indeterminado e 13 a ocupar por consolidação de mobilidade intercarreiras.-----

----- Não havendo pedidos de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Cantanhede para o ano de 2024»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de adjudicação e aprovação da minuta do contrato para Contratação de um Empréstimo de Longo Prazo, no valor de 3.500.000,00€, destinado à “Requalificação da Rede Viária no Concelho – 3.ª Fase”».-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a proposta economicamente mais vantajosa para o Município foi a apresentada pela Caixa Geral de Depósitos para o valor a contratar de 3.500.000,00€, sendo um empréstimo de longo prazo destinado à requalificação da rede viária no concelho, 3.ª fase, por 12 anos, com um período de carência de 2 anos, spread de 0,34, a que acresce a Euribor a 3 meses, base 360 dias, com *floor* zero. Acrescentou que o empréstimo tem de ser utilizado no prazo máximo de 2 anos, a contar do visto do Tribunal de Contas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual recordando que, na última Assembleia Municipal, foi dito que os técnicos da Câmara tinham feito um levantamento sobre a degradação da rede viária do concelho e que iriam ser definidas as prioridades no seu restauro, questionou se as prioridades já haviam sido definidas.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, dizendo que, efetivamente, foi feita uma análise técnica da situação das vias mais degradadas do concelho, não só das vias que necessitam de intervenção, como também das questões da pintura e da sinalização. Acrescentou que havia a indicação de que algumas freguesias não iriam ser contempladas porque há freguesias que tinham uma quantidade de quilómetros em termos de vias muito mais degradada do que outras, porque tiveram intervenção noutros mandatos e estavam globalmente melhor. No entanto, entendeu-se que deveria haver uma intervenção em todas as freguesias,

W

sendo o que vai acontecer. Referiu ainda que os trabalhos estão definidos por lotes, para que seja mais facilitador em termos do concurso, pois seria um bocado agressivo em termos comerciais lançar um concurso global de 3.500.000,00€. Referiu ainda que as intervenções serão feitas por zonas geográficas, e por áreas para ser mais fácil, até em termos da própria empresa para não andar com as máquinas de um lado para o outro, e ainda, que as empreitadas que vão ser lançadas, em primeiro lugar, para as que estão mais degradadas. Esperando não haver atrasos por parte do Tribunal de Contas, informou que acredita conseguir lançar os concursos ainda no corrente ano, apesar de não gostar destes procedimentos em tempo de eleições, porque, por norma, obras lançadas em ano de eleições são muito mais caras.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção para o **Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de adjudicação e aprovação da minuta do contrato para Contratação de um Empréstimo de Longo Prazo, no valor de 3.500.000,00€, destinado à “Requalificação da Rede Viária no Concelho – 3.ª Fase”»**, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 24 - «Relatório anual de atividade do ano de 2023 e Plano de ação para o ano de 2024 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens / Para conhecimento»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou à Sr.ª Vereadora, Célia Simões que apresentasse o assunto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu então a palavra à Sr.ª Vereadora, Célia Simões, a qual, após cumprimentar todos os presentes, recordou que a Comissão da CPCJ funciona na Casa Francisco Pinto, tem o seu gabinete no 1.º andar e faz os atendimentos nas salas do rés-do-chão quando é preciso que venham à Casa

Francisco Pinto, mas a sua atuação também é fora de portas, facultando o Município todas as ferramentas necessárias ao bom funcionamento da CPCJ. Relativamente ao Relatório informou que o mesmo está a ser modificado, no sentido de facilitar a sua leitura, mas também devido ao RGPD, por forma a garantir a segurança dos dados, bem como cumprir com uma série de indicações. Relativamente ao número de processos que entram, que saem, que estão arquivados e que vão para Tribunal, se forem a fazer o somatório, informou que não batem certo com os 252 processos que passaram na CPCJ, porque alguns são reabertos mais do que uma vez e outros não passam para outra CPCJ devido à competência territorial. Informou, de seguida que:

- Têm recebido mais sinalizações da parte das forças policiais, nomeadamente, da GNR, dos estabelecimentos de ensino, da saúde e ainda da população;
- As situações que foram mais sinalizadas foram, por violência doméstica, seguindo-se, por comportamentos graves antissociais e por indisciplina por parte da criança ou dos jovens e finalmente o absentismo escolar. Referiu ficarem muito sensibilizados com a capacidade das pessoas em cada vez mais, quererem perceber como fazer aquelas sinalizações e como ajudar no sentido de os jovens serem mais felizes e, cada vez mais, cidadãos de bem. Referiu que são diligenciados planos de apoio, os APP, por 6 meses, podendo renovar por mais 6 e por mais 6, até ao limite de 18 meses. Referiu ainda que há situações que, dada a gravidade, são logo encaminhadas para o Ministério Público. Acrescentou que a Comissão adotou como medida, o apoio junto dos pais, junto de outro familiar, de uma pessoa idónea com confiança, tendo como lema *“serei o que quiseres que eu seja, que seja amor”*, independentemente da situação que motiva a referenciação. Acrescentou ainda que, por vezes, referencia-se e não existe exatamente uma situação, mas é bom que as pessoas sinalizem, mesmo em excesso. Informou, de seguida que existe a Comissão Restrita e a Alargada, sendo

5

a Restrita aquela que lida com os processos e com as sinalizações, e a Alargada aquela que faz as formações que, no fundo, está a divulgar a necessidade de agir de acordo com o bem-estar da criança e com todos os seus direitos. Informou ainda que as reuniões da Comissão Alargada são mensais e que as reuniões da Restrita são quinzenais, podendo haver necessidade de aumentar aquelas reuniões. Deu, de seguida, um agradecimento muito especial aos elementos da Comissão que são excepcionais, porque não trabalham apenas de segunda a sexta, nem das 9h às 17h, mas também fora daquele período e, se houver necessidade, até no fim de semana, sendo muitas pessoas voluntárias para além dos elementos que são do Município. Referiu-se ainda ao Selo Protetor que tem sido uma referência ao nível do concelho e tem sido uma mais-valia, nomeadamente, nas entidades, como por exemplo a IPSS da Tocha, que já tem esse Selo reconhecido. Finalizou a sua intervenção referindo que é intenção da Comissão melhorar a vida da criança e salientando que, de facto, as pessoas devem se sentir à vontade, porque sendo acompanhados pela CPCJ, não significa que tenham uma faca na cabeça, nem que se lhes tire os filhos, mas que pode haver uma melhoria de atuação no sentido de um melhor desenvolvimento dos jovens e crianças do concelho. Agradeceu finalmente a todos os Comissários, a todas as entidades que estiveram com a Comissão o ano inteiro, e ainda à Câmara Municipal por sempre disponibilizar os recursos necessários.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, fazendo dele as palavras da Sr.ª Vereadora, Célia Simões, agradeceu também a todos os técnicos que trabalham com aquelas crianças, e referiu que não teve tempo de consultar os documentos por força da entrega tardia dos mesmos, que são muito importantes, porque, de facto, as crianças que são apoiadas não têm culpa das irresponsabilidades que lhes são cometidas, fazendo os técnicos um trabalho numa

tentativa de os ajudar, sendo o pretendido pelas Comissões de Proteção. Referindo ainda considerar que todo o investimento feito, é um investimento de grande relevância social, questionou sobre os projetos existentes para 2024.-----

----- Retomou a palavra à Sr.^a Vereadora, Célia Simões, a qual, a respondeu que os projetos previstos são, efetivamente, a formação cada vez mais de todas as entidades e o desenvolvimento de atividades junto das Escolas. Acrescentou que existe um encontro anual das CPCJ's, com Mira, Montemor-o-Velho, Figueira da Foz, Cantanhede e Mealhada, onde se juntam e discutem as formações que pretendem fazer, para fazer a diferença e para que possam estar sempre mais informados acerca de tudo o que possa ser melhor para aquelas jovens e para aquelas pessoas. Referiu de seguida, não concordar muito com a Comissão Nacional porque se está sempre a mudar de Comissários e se há um limite de mandatos, quando já estão a dominar a situação, são substituídas, tendo já dado conhecimento desta posição à Comissão Nacional, mas ainda não houve mudança. Afirmou que a Comissão está a funcionar muito bem, não havendo situações de risco. Recordou um caso que apareceu na comunicação social, no ano anterior, relativamente a uma situação de uma Escola que já está controlado, tendo sido uma pena que passasse para os media, porque aqueles meninos e aqueles pais é que sofreram muito. Esclareceu que, foram integrados numas Escolas de concelhos vizinhos, onde aqueles meninos, apesar de serem distraídos como os outros, estão integrados e fazem parte do normal funcionamento daquela Escola. Acrescentou que os mesmos passaram por uma situação muito grave, muito, muito difícil e muito marcante para eles, inclusivamente para os pais, para os irmãos e para o resto da comunidade escolar. Referiu ainda considerar que a atuação da CPCJ deve ser também na população em geral para que esteja alerta e ter alguma atenção em lidar com aquelas crianças que deixaram de ser o motivo da

W

denúncia por um comportamento e passaram elas a ser as vítimas, o que gostava que não voltasse a acontecer. Referiu ainda que, apesar das escolas já estarem assoberbadas, este ano disponibilizaram-se para estar com a CPCJ em todos os seus projetos de sensibilização, de formação, de capacitação, o que é uma mais-valia.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual deixou também uma palavra de apreço a todas as pessoas que colaboraram para o funcionamento daquela Comissão, porque, certamente que, sem o trabalho dos mesmos, as crianças do concelho não estariam tão bem protegidas. Referiu-se de seguida a duas questões: - Verificando-se que, desde 2019, o número de processos aumentou sustentadamente, estando em primeiro lugar a violência doméstica, afirmou ficar preocupado pelo que questionou sobre o porquê desse aumento; - Referindo-se, de seguida, às presenças dos elementos na Comissão Alargada, verificou que houve quatro elementos com zero presenças ao longo do ano, o que é incompreensível, sugerindo que houvesse uma lista de suplentes para se poderem colmatar aquelas faltas.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Vereadora, Célia Simões, a qual informou que efetivamente, a violência doméstica está a aumentar, no entanto, quando se fala de violência doméstica, não quer dizer que se fale exatamente de violência doméstica porque as pessoas estão a sinalizar mais, o que é muito importante. Acrescentou que, quando se fala em todos os casos sinalizados, somados dariam muito mais, porque às vezes uma violência é sinalizada por várias razões. Acrescentou ainda que, a violência doméstica pode representar muitas vezes apenas a visualização de uma discussão entre um pai e uma mãe, tendo sido chamada a GNR, sendo, no entanto, importante intervir e fazer a proteção da criança, entrando pelo código 75 “violência doméstica”, não existindo mais o relatório da GNR. Relativamente às ausências,

referiu que de facto, é verdade, tendo aumentado com a Covid, havendo necessidade de mudar as pessoas, devido ao término do mandato.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Terminado o período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu nota que, a meio da tarde chegou uma carta da Assembleia da República, do Presidente da Comissão Parlamentar do Poder Local e da Coesão Territorial, Bruno Nunes, relativa à questão da desagregação de Freguesias, com o seguinte texto: *"foi feito o Grupo de Trabalho no anterior governo, (...) no Parlamento, foi constituído por uma série de pessoas (...) na sequência da análise técnica preliminar que se concluiu em 20/10/2023, foram notificados do conteúdo da mesma todas as Assembleias Municipais.(...) Fruto da dissolução da Assembleia da República, quer o Grupo de Trabalho, quer a Comissão Técnica, cessaram funções.(...) Já na presente legislatura iniciada a 26 de março, há uma Comissão Parlamentar de Poder Local que foi eleita, foi constituído um Grupo de Trabalho coordenado pelo deputado Jorge Paulo Oliveira, que tomou formalmente posse no dia 4 de junho, tendo deliberado na sua primeira reunião realizada a 12 de junho reativar a Comissão Técnica de Avaliação com vista à apreciação das propostas, (...) Não foram até ao momento objeto da necessária análise na sua totalidade. (...) Os ulteriores desenvolvimentos deste processo serão levados ao conhecimento da Assembleia municipal, a que Vossa Excelência dignamente preside, sugerindo que esta mesma nota informativa possa ser divulgada*

u

junto das respetivas Assembleias de Freguesias interessadas. Concluiu assim que o processo foi retomado.-----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido qualquer inscrição.-----

----- Finalmente, sendo 18h00 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente:

João Moura

----- O Primeiro Secretário:

João Maria Maia Fernandes

----- A Segunda Secretária:

[Assinatura]

